



Este artigo está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição 3.0 Unported.

Você tem direito de:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato

Adaptar — remixar, transformar, e criar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial.

De acordo com os termos seguintes:

Atribuição — Você deve dar o crédito apropriado, prover um link para a licença e indicar se mudanças foram feitas. Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de maneira alguma que sugira ao licenciante a apoiar você ou o seu uso.

Sem restrições adicionais — Você não pode aplicar termos jurídicos ou medidas de caráter tecnológico que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.



This article is licensed under a Creative Commons Attribution 3.0 Unported License.

You are free to:

Share — copy and redistribute the material in any medium or format

Adapt — remix, transform, and build upon the material for any purpose, even commercially.

Under the following terms:

Attribution — You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made. You may do so in any reasonable manner, but not in any way that suggests the licensor endorses you or your use.

No additional restrictions — You may not apply legal terms or technological measures that legally restrict others from doing anything the license permits.

Carta dos editores

É certo que não vivemos em conjuntura de crise, como aquela que caracteriza os período de guerra generalizada. Por outro lado, atravessamos, sem dúvida, um período de incertezas, que é muito bem marcado pelos ajustes nas políticas do *hegemon*, como se faz sentir com a afirmação dos principais princípios da orientação que o governo Bush pretende imprimir à política externa dos Estados Unidos, pelo debate sobre os riscos e os benefícios envolvidos na integração hemisférica, e pela necessidade de avaliar as possibilidades de novas parcerias (como a Venezuela) e de reavaliar a instrumentalidade de parcerias mais antigas (é o caso da Argentina e os recorrentes problemas surgidos no aprofundamento do Mercosul). Estes são temas que, direta ou indiretamente, acabam por contingenciar a realização imediata dos projetos brasileiros no plano internacional, ao que se somam outras incertezas, relacionadas com a incompreensão cultural (como acontece atualmente no caso do garoto Iruan em Taiwan) e com o avanço irrefreável de uma nova onda de conservadorismo, bem exemplificada com o caso italiano. Estes são os temas da presente edição de *Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais*.

MERIDIANO
47
NO

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de
Conjuntura em Relações
Internacionais

Nº 13
Julho – 2001



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**Cenário econômico e político
do debate hemisférico**

Paulo Roberto de Almeida

As Opções do Império

Cristina Soreanu Pecequillo

O eixo Venezuela-Brasil

Amado Luiz Cervo

**Um Novo Fôlego Para o
Mercosul**

Alcides Costa Vaz

**Argentina y Brasil: entre la
cooperación y el conflicto**

Raúl Bernal-Meza

**Itália: a volta sinuosa do
conservadorismo europeu**

Virgílio Caixeta Arraes

Iruan nas reinações asiáticas

Paulo Antônio Pereira Pinto

Itália: a volta sinuosa do conservadorismo europeu

Virgílio Caixeta Arraes

Nos últimos anos, uma onda de governos aparentemente progressistas chegou ao poder na Europa, desbancando governos abertamente conservadores, como no caso britânico e alemão, por exemplo. Retornavam “oxigenados”, ambicionando aperfeiçoar a rede de proteção social construída ao longo de décadas, com o estímulo competitivo que o mercado livre proporcionaria. Propunham a difícil tarefa de aplicar uma combinação de ideários políticos opostos: direita e esquerda, com o pêndulo político mais inclinado para a esta última. Este tipo de postura política lograria inclusive seguidores na América Latina, como o Chile e o Brasil.

No entanto, os eleitores puderam assistir a outro tipo de comportamento. Os governos “progressistas” inclinaram seu comportamento para um pólo mais conservador, sem se importar com seu legado histórico, de modo que, em muitos países, como no Reino Unido, a antiga dicotomia esquerda-direita dissolveu-se no chamado Centro, que seria a vertente política do novo milênio. Sem extremismos tanto de um lado como do outro, o Centro superaria as antigas tensões políticas, que só tinham razão de existir em um ambiente de bipolaridade, como o fora a Guerra Fria – 1945-1991.

O Centro se propunha a corrigir os excessos de ambos os lados, ao mesmo tempo, que procurava realçar as qualidades dos dois pólos políticos. Todavia, a sua existência sugere uma sutil transição para uma guinada realmente conservadora, ao completar um processo de reordenamento da distribuição do poder no cenário mundial, que se iniciou após a crise do petróleo, em 1973, com a nova divisão internacional do trabalho e com os investimentos maciços em tecnologia militar, que, mais tarde, seria convertida para uso civil.

Os exemplos estão visíveis: Estados Unidos, Áustria e agora Itália, em que os fascistas participam

do poder, ao lado de quadros nacionais “respeitáveis” ou integrados plenamente a organismos internacionais.

No último 10 de junho, Silvio Berlusconi retornou ao governo – fora Primeiro Ministro por breves sete meses, em 94 – e tornou-se o 59º chefe do governo italiano, depois da II Guerra, após suceder Giuliano Amato. Em 1996, fracassara ao ser derrotado por Romano Prodi, atual Presidente da Comissão Européia. A composição que o sustenta é composta por uma gama de vertentes políticas, que vão da democracia cristã até fascistas. Sua vitória deveu-se a ausência de políticas diferenciadas por parte da esquerda “progressista”, que não soube apresentar-se como uma alternativa real e viável administrativamente, após cinco anos no poder nacional.

Se esta obteve vitória nas eleições municipais em locais importantes – Roma, Nápoles e Turim – foi com percentuais estreitos e, ainda assim, em função do apoio dos comunistas e do partido Itália dos Valores, de Antonio di Pietro – ex-juiz, que foi um dos principais articuladores da operação Mãos Limpas. Certamente, o apoio dessas duas forças políticas, embora pouco significativas eleitoralmente, possibilitou um elemento de diferenciação, que teria permitido ao eleitor um quadro mais claro, mais distante do Centro.

Sintomaticamente, em relação a Berlusconi, a União Européia não se pronunciou da mesma forma que no caso austríaco. Algumas autoridades nacionais se manifestaram: na França, o Ministro de Assuntos Europeus, Pierre Moscovici, deplorou o sucesso de Berlusconi, ao passo que, na Espanha, o Ministro das Relações Exteriores, Joseph Piqué, parabenizou-o.

A oposição à candidatura de Berlusconi veio dos meios de comunicação europeus – *The Economist*, *The Independent*, *Le Monde*, *Libération*, *El Mundo*,

Financial Times – e norte-americanos – *New York Times* e *Washington Post*. Em sua defesa, a ex-Primeira Ministra britânica (1979-87), Margaret Thatcher, que afirmou, em carta enviada a jornais italianos, que Berlusconi possuía objetivos de governos semelhantes aos dela. Para ela, a palavra de ordem na nova Europa deveria ser competição e não burocracia.

Internamente, houve contestações ao seu retorno político, como a do polêmico livro *O cheiro do dinheiro*, de autoria do Deputado Elio Veltri, da Itália dos Valores, e do jornalista Marco Travaglio, do diário *La Repubblica*, que o acusam e a seu assessor, Marcello Dell’Utri, de ligações com a máfia, que teria impulsionado seus negócios financeiros.

Como resposta indireta - dado que, em 1994, ele fizera o mesmo -, Berlusconi gastou quase cem milhões de dólares para distribuir a 23 milhões de eleitores sua fotobiografia de 128 páginas, das quais apenas 4 se referiam ao seu programa de governo.

Com a vitória, a composição de seu gabinete reflete a participação das forças que lhe dedicaram previamente o apoio. Seu adjunto é Gianfranco Fini, da Aliança Nacional, de inspiração fascista. Umberto Bossi, da Liga Norte, foi nomeado para o Ministério das Reformas, que tratará de implementar os processos de descentralização do poder nacional, em relação a saúde, educação, segurança pública e imigração. Para a pasta de Relações Exteriores, escolheu-se Renato Ruggiero, ex-Presidente da Organização Mundial do Comércio (1995-99) e ex-Ministro do Comércio e para a de Políticas Europeias, Rocco Butiglione, da Democracia-Cristã.

Diferentemente de 1994, quando possuiu um apoio parlamentar frágil, seu partido, Força Itália, conseguiu a maior parte das cadeiras, em detrimento, dentro da coligação, da Liga Norte e da Aliança Nacional. No entanto, Berlusconi optou para a Presidência da Câmara dos Deputados por um democrata cristão, Pierferdinando Casini.

Seus desafios são significativos. Embora tenha governado o país por vários anos, por meio de três primeiros-ministros, a coligação de esquerda não conseguiu vencer a pobreza presente. Mesmo sendo a sexta economia do mundo, com mais de vinte mil dólares de renda per capita, a Itália possui cerca de

sete milhões e meio de indigentes – pessoas que vivem com menos de duzentos e cinquenta dólares por mês. A maior parte desse contingente pertence aos imigrantes, que somam dois milhões e, normalmente, vivem em situação infralegal, com baixos salários e jornadas de trabalho estafantes. Além disso, durante a campanha eleitoral, insinuava-se que eles seriam responsáveis por boa parte dos crimes.

Dois terços desses indigentes reside no Sul, que chega a ter uma taxa de desemprego em torno de sessenta por cento contra uma média nacional de doze. Dentro da União Européia, apenas Itália e Grécia não possuem programas de renda mínima.

Dentro desse contexto, caberá a Berlusconi negociar a maior parte dos contratos salariais do país, gerenciar os pagamentos das pensões – que sua coligação prometeu aumentar – e, ao mesmo tempo, impedir que o déficit orçamentário reapareça. Como conciliar isto, se o atual Primeiro Ministro também prometeu reduzir o imposto sobre herança e o de renda, tanto para pessoas físicas como jurídicas?

Outra grande questão é saber como ficará o setor televisivo do país, visto que o Primeiro Ministro controla o Mediaset, com três canais privados, e agora a estatal RAI, com três canais também. Ao longo da campanha, ele prometera privatizar os canais da RAI. Não há um claro choque de interesses? Berlusconi afirmou que assinaria decreto a ser ratificado pelo Parlamento para tratar deste caso concreto.

Por fim, para apaziguar os ânimos em relação às forças que o sustentam, Berlusconi teve a prudência de anunciar, no plano externo, a ampla adesão aos princípios da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN – e à União Européia, sem, contudo, abrir mão da identidade nacional. Resta observar se Berlusconi no plano externo terá a mesma habilidade para conciliar interesses aparentemente opostos com a mesma habilidade que teve no âmbito interno.

A ausência de crítica, por parte dos governos ditos progressistas, dentro da União Européia, demonstra que sim, além de indicar que, independente da ideologia apregoada, o conservadorismo europeu, ainda que tímido no todo, está renovado e finca raízes mais profundas do que os eleitores podem, no momento, perceber.